

RELATÓRIO DA REUNIÃO DE NEGOCIAÇÃO DO INCRA NO MGI

Data: **14 de março de 2024.**

Local: **MGI**

A - Relatório

A reunião da Mesa Setorial do Setor Agrário / Fundiário, realizada em 14/03/2024, em Brasília (DF) para tratar uma única pauta – reestruturação de carreiras.

O encontro teve início com esclarecimentos do MGI, do secretário de Relações de Trabalho (SRT), Jose Lopez Feijóo, e do secretário de Gestão de Pessoas (SGP), José Celso Cardoso Jr. Feijóo, citou as dificuldades orçamentárias, políticas e técnicas para que MGI apresentasse uma proposta de tabela naquela reunião. Ele citou ainda que o MGI trabalha com 20 níveis, enquanto que para gratificações de qualificação e localidade (uma defesa da categoria do Incra) há possibilidades, mas com definições ainda em processo de análise e construção. Já sobre pessoal de nível médio/intermediário/auxiliar o secretário Feijóo foi enfático em afirmar que o MGI garante a inserção deles na proposta. Sobre aposentados/pensionistas, o secretário disse que MGI vai seguir a lei/legislação que amparou a aposentadoria.

Já José Celso falou sobre a construção e reestruturação de carreiras. Ele citou dificuldades e impedimentos jurídicos, técnicos e políticos em alterações de carreiras que trazem adição de cargos de outros órgãos e repasse de atribuições para uma carreira já existente. Sobre a proposta de reestruturação de carreiras apresentada pela Condsef/Fenadsef e Cnasi-AN não foram informados sobre dificuldades e impedimentos jurídicos, técnicos, no entanto a próxima etapa seria a construção de argumentos legais da reestruturação e elaboração de tabelas com os parâmetros que MGI vem sendo trabalhados com órgãos assemelhados.

Após falas e debates com lideranças e representantes das entidades/carreiras na mesa, foi encaminhado o seguinte:

1. reuniões específicas com representantes de cada carreira, para tratar e estabelecer padrões comuns possíveis entre as propostas e diretrizes de governo/MGI, no prazo de até 30 dias;
2. definição de nova reunião da mesa setorial em meados de abril de 2024, prevendo apresentação de texto com alterações de reestruturação e tabelas remuneratória;
3. também o MGI deixou claro na mesa que aplicação de reestruturação de carreiras e seus impactos financeiros (a exemplo de negociações com outros órgãos) será a partir de 2025.

B - Organização

1. A Condsef/Fenadsef, por meio do Departamento de Agricultura e Reforma Agrária (DARA), orienta os Sindicatos filiados a participarem, apoiar e fortalecer as mobilizações dos servidores por melhores salários, reestruturação das carreiras e fortalecimento institucional do INCRA e em defesa da retomada da Reforma Agrária.

2. Em 2023, após o período de congelamento salarial, retirada de direitos, ataques ao serviço e aos servidores públicos, abriu-se um novo período com a retomada do diálogo democrático com os servidores, reajuste salarial, recomposição do quadro de pessoal e retomada das políticas sociais. Entretanto, a recomposição salarial, a reestruturação das carreiras, a reestruturação do INCRA e a retomada da Reforma Agrária vem ocorrendo em dimensão e velocidade aquém do esperado e do necessário. Defendemos mais e melhores serviços públicos.

3. É necessário ampliar a mobilização e a organização dos trabalhadores e trabalhadoras do INCRA, para chamar a atenção do Governo, das organizações e movimentos sociais de trabalhadores rurais do campo, público da Reforma Agrária, e da sociedade em geral. O INCRA, seus servidores e as políticas públicas sob a sua responsabilidade, especialmente a Reforma Agrária, são essenciais para democratizar o acesso à terra, combater a fome, promover a inclusão social, o desenvolvimento rural sustentável e defender a soberania alimentar e territorial.

4. Os espaços das Mesas Nacionais de Negociação Permanente, retomados no atual governo, são fundamentais para o diálogo democrático. Precisamos ocupá-los com mobilização, organização e firmeza para defender os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras no serviço público, sintonizados com a retomada das políticas públicas. Entretanto, o direito à Negociação Coletiva no Setor Público ainda tem uma precária segurança sem a aprovação de legislação que a proteja.

5. Nos governos anteriores, o INCRA, a Reforma Agrária e as políticas para a Agricultura Familiar foram propositalmente desidratados. O orçamento do INCRA caiu de quase R\$2 bilhões em 2016 para pouco mais de R\$ 250 milhões deixados para o ano de 2023. Em 2024 voltou a subir, atingindo quase R\$660 milhões. Melhor, mas insuficiente para retomar a Reforma Agrária de maneira efetiva, assentando cerca de 150 mil famílias acampadas e provendo o crédito e a infraestrutura necessária.

6. Os salários dos trabalhadores no serviço público federal, em geral, estão sendo corroídos pela inflação a algum tempo. A situação se agravou após 2016 com o congelamento. A exceção pós-2016 foram os militares que obtiveram até 76% de aumento nos vencimentos. Em 2023 o reajuste de 9% concedido aos servidores civis do Executivo Federal aliviou, mas foi insuficiente diante de uma defasagem que chegava a 53%, a depender da categoria.

7. Os salários dos trabalhadores e trabalhadoras do INCRA merecem especial atenção e preocupação, pois são os menores do Poder Executivo Federal. É fundamental a recuperação dos salários de maneira combinada com a superação das desigualdades internas no INCRA e em relação ao restante do Executivo Federal, bem como a retomada das políticas agrárias, especialmente o Programa Nacional de Reforma Agrária.

8. Em outubro de 2023, apresentamos ao governo uma proposta de reestruturação do Plano de Carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário. A proposta acrescenta a Gratificação de Qualificação (GQ), reduz o número de padrões para progressão e reduz a diferença salarial entre nível superior e nível intermediário.

9. O quantitativo de trabalhadores e trabalhadoras do INCRA é insuficiente para a prestação adequada dos serviços públicos da sua responsabilidade. Atualmente conta com cerca de 2.500 servidores ativos para executar uma grande quantidade de serviços, e a burocracia correspondente, relativos a aproximadamente um milhão de famílias assentadas, sem contar com a gestão direta de mais de 150 milhões de hectares de terra.



10. Para alcançar estes objetivos devemos buscar aliados sintonizados com nossas reivindicações. Os movimentos sociais do campo, as organizações e lideranças democráticas e progressistas.

C. Nossas bandeiras

1. Pauta geral:

- a. Reajuste Salarial de 10,34% em 2024!;
- b. Valorização do Serviço Público, com o arquivamento definitivo da PEC 32/20 da reforma administrativa, fim do novo teto de gastos e recomposição dos orçamentos;
- c. Recomposição robusta dos respectivos orçamentos;
- d. recuperação das perdas inflacionárias;
- e. reajuste do auxílio alimentação;
- f. reajuste da per capita do plano de saúde;
- g. Efetivação do direito à Negociação Coletiva no Setor Público, com a regulamentação da Convenção 151 da OIT.

2. Pauta específica:

- Reestruturação e valorização das carreiras do INCRA, de modo a reduzir as desigualdades salariais e obter tratamento igualitário no funcionalismo federal, seja da ativa ou aposentado.

D - Orientações às bases

1. Continuar o processo de mobilização dos servidores do INCRA durante as segundas-feiras, com debates, articulações político-parlamentar.
2. Realizar assembleias em todos os estados, nas sedes das Superintendências e em Brasília, na sede do INCRA, para deliberação sobre a devolutiva do governo.
3. Organizar uma Campanha institucional que tenha como objetivo obter unidade da categoria em torno da proposta e apoio das organizações e movimentos públicos da Reforma Agrária e da sociedade em geral ao fortalecimento do INCRA, valorização dos servidores e retomada da Reforma Agrária.
4. Concomitantemente convocamos as entidades filiadas, articuladas com as Assincras e Asseras os trabalhadores e trabalhadoras no INCRA a intensificarem também o ativismo digital. Indicamos a utilização das hashtags #ReajusteJá #ReestruturalJá #ReformaAgráriaJá #incrareestruturacaodecarreirasja.

Brasília-DF, 15 de março de 2024.


Maria de Jesus Santana da Silva
Diretora de Movimentos Sociais


Sérgio Ronaldo da Silva
Secretário-Geral da Condsef/Fenadsef